

**35º Encontro Anual da ANPOCS**

**Grupo de Trabalho (GT) 30**

**Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas**

**Levantamento das fontes de dados estatísticos sobre a variável cor ou raça no Brasil contemporâneo: terminologias classificatórias, qualidade das bases de dados e implicações para as políticas públicas**

**Autor:**

**Marcelo Jorge de Paula Paixão**

**Professor do Instituto de Economia / UFRJ e Coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER)**

**Coautora:**

**Irene Rossetto Giaccherino**

**Pesquisadora do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER)**

## 1. Introdução

O presente artigo objetiva realizar um levantamento das fontes de dados oficiais atualmente existentes no Brasil que incluem a variável cor ou raça no seu questionário de coleta das informações pessoais. Este levantamento engloba tanto as pesquisas estatísticas de natureza censitária ou amostral, como os cadastros administrativos. Como tal, o artigo estudará as categorias classificatórias utilizadas nas perguntas e nas respostas, o potencial uso para a análise da realidade social, bem como os seus atuais limites tendo em vista problemas como os, por exemplo, da definição das terminologias classificatórias utilizadas e da sub-notificação de registros.

Contudo, para além da importância da tarefa de sistematização destas informações por ela mesma, este artigo parte de uma compreensão preliminar acerca do significado sociológico e político da própria existência daquelas bases de informações. O fato é que a existência atual de um amplo conjunto de bases de dados demográficos contendo a variável cor ou raça pode ser enquadrada como uma conquista do movimento negro e de seus aliados que trabalham como pesquisadores em instituições acadêmicas e produtoras de dados estatísticos. Deste ponto de vista, tal luta social pode ser enquadrada como pela *visibilidade estatística*, porta de entrada para a melhor compreensão por parte de toda sociedade dos déficits de direitos sociais para determinados grupos étnico-raciais, bem como para a produção de políticas públicas que incidam em prol da superação das tradicionais assimetrias.

Assim, a pesquisa que foi realizada também teve especial preocupação em refletir de que forma as novas gerações de informações estatísticas contendo a variável cor ou raça debateram com questões - que, na verdade, são solidárias entre si -, envolvendo o reforço do processo de formação das identidades sociais e políticas (em parte expressadas no próprio aumento recente no número relativo de pessoas que se auto-declaram pretas e pardas aos entrevistadores das pesquisas do IBGE), bem como com a produção das políticas públicas, especialmente às de ação afirmativa.

De fato, na história do pensamento social dedicado ao tema das relações raciais no Brasil decerto poderia ser dedicado um capítulo a parte para a questão do processo de produção dos dados estatísticos dos grupos de cor ou raça que existem em nossa sociedade. Dentro deste campo de discussão podemos encontrar três eixos de reflexão.

O primeiro eixo de análise diz respeito ao processo de convergência das linhas de cor e classe visivelmente presentes em nossa sociedade. Deste modo, tal debate esteve

presente tanto entre os autores que poderiam ser considerados otimistas em termos do padrão de relacionamentos inter-raciais existente no Brasil (PIERSON, 1971 [1942]; WAGLEY, 1952), como naqueles mais reticentes a este respeito, como Roger Bastide & Florestan Fernandes (1971 [1955]), Oracy Nogueira (1998 [1955]), Costa Pinto (1998 [1953]) e Thales de Azevedo (1966). Os brasilianistas da Escola de Chicago que realizaram suas pesquisas entre os anos 1930 e 1940 decerto teriam mais dificuldades para o encontro de fontes estatísticas sobre os grupos de cor no Brasil tendo em vista que o último Censo que levantara esta informação havia sido o de 1890. De qualquer forma, tanto Pierson, como Wagley e col., em seus *estudos de comunidade*, realizaram esforços próprios de quantificação estatística da população investigada, incluindo os sistemas de classificação de cor existentes no Brasil e as posições sociais em que se encontravam. No caso dos autores brasileiros do projeto UNESCO, Florestan Fernandes (1978a e 1978b [1964]) e Oracy Nogueira (*op cit*) se basearam nos dados do Censo de 1940; já Costa Pinto (*op cit*) utilizou os dados do Censo de 1950. A partir do final dos anos 1970, voltaria a ocorrer um crescimento do uso das estatísticas sociais para os estudos das relações raciais, começando pelos três estudos pioneiros de Oliveira, Porcaro & Costa, (s/d); Hasenbalg (1979) e Valle Silva (1980) que, mais uma vez apontaram de forma crítica as convergências entre a cor da pele e a posição ocupada na pirâmide social brasileira. A partir de então um conjunto de estudos baseados nesta perspectiva metodológica veio a lume.

O segundo eixo de reflexões que pode ser identificado dentro do temário do uso das estatísticas sociais no estudo das relações raciais diz respeito aos possíveis modos de interpretação destes dados. Neste caso, para além de uma reflexão sobre a convergência entre as linhas de cor e de classe, se refletiria acerca da validade dos próprios dados estatísticos produzidos a partir das categorias classificatórias oficiais. Ou seja, de acordo com esta linha de investigação, haveria uma expressa dificuldade por parte dos sistemas de produção de dados estatísticos de refletirem de forma precisa as desigualdades ou assimetrias raciais por conta das dificuldades inerentes ao próprio objeto de estudo.

Tal dificuldade seria decorrente de dois fatores básicos: i) o sistema local de classificação dos grupos de cor ou raça seria mais plural e complexo do que os sistemas classificatórios oficiais, fazendo com que os dados gerados pelos órgãos de coleta de informação acabassem tendo características rígidas, impositivas e desencontradas em relação aos padrões sociais e culturais vigentes. Esta questão seria especialmente

relevante quando confrontada com a terminologia popular *moreno*, inexistente nas categorias classificatórias dos levantamentos oficiais (HARRIS, 1967 [1964]); ii) o sistema cultural local de classificação de cor ou raça traria consigo um indelével branqueamento dos grupos sociais mais ricos e o enegrecimento dos mais pobres, com isso resultado que os dados sobre as desigualdades de cor ou raça obtidos pelos sistemas classificatórios oficiais estariam superestimados sociais (C.f. WAGLEY, *op cit*; SCHWARCZ, 1999).

Esta questão, por sua vez, também foi refletida de forma alternativa, destacando como os sistemas estatísticos locais seriam robustos e teriam respaldo na própria singularidade da situação brasileira. A validade do sistema classificatório oficial utilizado seria demonstrada a partir da comparação entre os resultados sobre a autoclassificação de cor obtidos em um quesito aberto e em um fechado. A análise de levantamentos realizados entre a década de 1970 e 1990 mostrou que as respostas às perguntas abertas fundamentalmente tendiam a convergir entorno de sete categorias principais; ao mesmo tempo em que se verificava uma grande coerência nas respostas ao longo do tempo (VALLE SILVA, 1996; TELLES, 2002; PETRUCCELLI, 2002, OSÓRIO, 2003)<sup>1</sup>.

O terceiro eixo de análise sobre as estatísticas sociais e as relações raciais é o que diz respeito justamente ao histórico de pressão dos movimentos sociais e correspondente reconhecimento por parte do Estado brasileiro ao direito à visibilidade estatística por parte de determinados grupos de cor ou raça da população brasileira, tais como afrodescendentes e indígenas. Na verdade, o presente estudo está seguindo esta linha investigativa, porém, incorporando aspectos mais recentes da realidade.

Oliveira e col (*op cit*); Pinto (1996); Piza & Rosenberg (1998) em suas respectivas análises irão reconhecer que, por exemplo, a reintrodução da variável cor no questionário do Censo Demográfico de 1980 havia sido em parte gerada por pressão do movimento negro e demais aliados junto ao meio acadêmico e institutos produtores de dados estatísticos.

---

<sup>1</sup> Wood (1991), baseado nas séries históricas dos Censos Demográficos brasileiros entre 1950 e 1980, procedeu algumas projeções demográficas dos grupos de cor ou raça da população brasileira, de fato, obtendo resultados que confirmam a existência de reclassificações raciais no período. Contudo, o mesmo autor salienta que esta reclassificação era mais provável dos grupos pretos para os grupos pardos, estimando que 38% das pessoas pretas que tinham entre 14 a 29 anos de idade, em 1950, teriam mudado, em 1980, para grupo de cor, pardo. No que tange à passagem dos grupos brancos e pardos, os mesmos cálculos feitos por Wood, estimaram que os limites que separavam ambos os grupos eram mais estáveis ao longo do tempo, na realidade (e contrariando a hipótese do branqueamento dos pardos), tendo ocorrido uma de uma proporção de 9% de brancos que passaram a se declarar pardos.

No Censo de 1991 veio a ocorrer a célebre campanha organizada por entidades do movimento negro chamada “*Não deixe sua cor passar em branco*”. Talvez não por coincidência, naquele levantamento censitário, o peso relativo de pretos e pardos alcançou 47,4%, proporção 2,6 pontos percentuais superior ao observado no Censo de 1980 (C.f. PAIXÃO e col., 2011b).

Já no levantamento de 2000, por sugestão de ativistas do movimento negro, a novidade veio a ser o estudo, para alguma eventual mudança nos termos empregados classificatórios sobre a cor ou raça empregados pelo IBGE que chegou a levar a Comissão Consultiva do Censo de então a produzir um suplemento na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de julho de 1998 visando analisar o grau de compreensão da população à outras possibilidades de respostas, incluindo uma que envolvesse a sua ascendência em termos étnico-raciais. Todavia, diante das respostas obtidas, aquele instituto optou por manter a terminologia usual (Schwartzman, 1999).

Estas breves passagens revelam que o tema do direito à visibilidade estatística esteve presente ao menos nos últimos trinta anos de história do movimento negro brasileiro<sup>2</sup>. Por outro lado, ao longo deste período, de uma forma ou de outra, o Estado brasileiro acabou respondendo a estas demandas, gerando com isso um quadro inédito até então da existência de diversas fontes de dados sobre os grupos de cor ou raça, cobrindo os mais diversos aspectos da vida social, e, o que talvez seja sociológica e politicamente mais relevante, fundamentando no plano positivo e normativo ações compensatórias em prol do contingentes historicamente discriminados como os afrodescendentes e indígenas.

O artigo estará dividido em três partes além da presente introdução. Na próxima seção é apresentada uma análise das duas principais fontes de dados: o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na terça seção é realizado um levantamento das outras bases de dados oficiais brasileiras que contêm a variável cor ou

---

<sup>2</sup> Esta reivindicação, no plano internacional, seria consagrada quando de sua expressa inclusão nos termos finais do Plano de Ação da Declaração da III Conferência Mundial Contra a Discriminação Racial, Racismo, Xenofobia e Formas de Intolerância Correlatas organizada pelas Nações Unidas, em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. No Plano existem dois tópicos diretamente relacionados à necessidade do levantamento dos indicadores sociais dos grupos raciais e étnicos da população tal qual pode ser visto nos parágrafos 94 e 176 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2001).

raça. Na última seção, finalmente, são apresentadas algumas considerações sobre as potencialidades e os limites do uso destas fontes de informação.

## **2. Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): as duas principais fontes de informações estatísticas no Brasil**

### **2.a. História da variável cor nos levantamentos censitários brasileiros** (Quadro 1, gráfico 1)

Nesta seção serão investigados os levantamentos censitários da população realizados no Brasil que incluíram em seus questionários a variável cor ou raça, detalhando os enunciados das perguntas e as categorias utilizadas para a classificação. Será também apresentada a evolução da distribuição dos grupos de cor ou raça e sua participação relativa na população total.

No primeiro recenseamento da população brasileira, realizado no ano de 1872 pela Diretoria Geral de Estatística (DGE), encontrava-se uma pergunta sobre a “Côr” dos residentes no Brasil. Naquele ano, a população foi classificada em livre ou escrava. O recenseado livre declarava a própria cor e a cor de seus escravos. No caso da população livre, as opções de classificação foram: Branca; Parda; Cabocla (que incluía os indígenas); e Preta. Já os escravos foram classificados como de cor preta ou parda. Naquele momento os brancos corresponderam a 45,0%; os pardos, a 39,5%; os pretos, a 10,9%; e os caboclos, a 4,6%<sup>3</sup>.

No segundo recenseamento geral, ocorrido já na época da Primeira República, no ano de 1890, a pergunta sobre a “Côr” da população se manteve. Naquele levantamento as categorias de respostas utilizadas foram: Branca; Preta; Cabocla; ou Mestiça. Em termos da composição de cor da população, os brancos correspondiam a 44,0%; os mestiços, a 32,4%; os pretos, a 14,6%; e os caboclos, a 9,0%<sup>4</sup>.

Já os Censos de 1900 e 1920 não incluíram uma pergunta sobre a classificação de cor dos recenseados. Para obter novamente dados sobre a distribuição da população segundo os grupos de cor é necessário esperar a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1936 e a realização do Censo Demográfico de 1940.

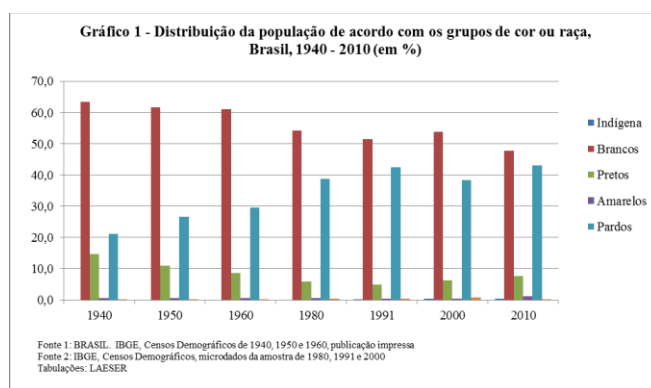
Naquele ano, foi mantido o enunciado anterior ao quesito “Côr”, mas houve uma alteração nos termos de resposta. Assim, o recenseado podia escolher a própria cor entre:

---

<sup>3</sup> Fonte: Império do Brasil. Recenseamento do Brasil em 1872. Publicação impressa acessa em meio digital em <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

<sup>4</sup> Fonte: República dos Estados Unidos do Brasil, Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Segundo Recenseamento da População em 1890. Publicação impressa acessada em meio digital em <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

Preta; Branca; e Amarela. No caso em que o recenseado não se identificasse em uma destas três categorias, era colocado um traço horizontal ou eram registradas outras expressões, como “Caboclo”, “Mulato”, “Moreno”. Estes casos residuais foram computados pelo IBGE na categoria “Pardo”. Apenas nos casos de completa omissão de resposta foi atribuída a designação “Cor não declarada”. Expressando o processo de branqueamento pela qual atravessou a população brasileira desde o final do período escravista, a composição de cor observada naquele levantamento foi: brancos, 63,5%; pardos e sem declaração de cor; 21,2%; pretos, 14,6%; e amarelos, 0,6%<sup>5</sup>.



O Censo de 1950 adoptou o mesmo sistema de identificação de 1940, classificando a “Côr” dos recenseados nas categorias: Branca, Preta; e Amarela. A categoria “Parda” foi utilizada para agrupar os índios e os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos<sup>6</sup>. Naquele levantamento os brancos corresponderam a 61,7% do contingente total residente; seguidos dos pardos, 26,5%; pretos, 11,0%; e amarelos, 0,6%<sup>7</sup>.

Dez anos mais tarde, o Censo Demográfico de 1960 introduziu, pela primeira vez nos recenseamentos brasileiros, a técnica de amostragem na coleta das informações, incluindo um Boletim de Amostra, ao lado do Boletim Geral de recenseamento, com o objetivo de indagar temas específicos, como duração de casamento, fecundidade, características econômicas. Naquele ano a “Cor” dos recenseados foi objeto de indagação para todo o universo, ou seja, tanto os respondentes do boletim geral como os da amostra.

<sup>5</sup> Fonte: BRASIL, IBGE. Censos Demográficos de 1940, publicação impressa

<sup>6</sup> Se no Recenseamento de 1940 as instruções para o entrevistador indicavam expressamente que as respostas deviam se limitar aos três grupos principais, no manual de campo do Censo de 1950 era estabelecido que a declaração de cor devia ser deixada à discrição do recenseado. Contudo, deve ser ressaltado que no Boletim Individual do Censo de 1950, ao lado do campo para preencher a cor do recenseado, constava a orientação: ‘Não usar, na resposta, a expressão “morena”.’ (BRASIL, IBGE, Censo Demográfico de 1940 – Boletim Individual. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>).

<sup>7</sup> Fonte: BRASIL, IBGE. Censos Demográficos de 1950, Publicação impressa

As categorias de classificação empregadas foram: Branca; Preta; Amarela; Parda; e Índia. Em termos da composição de cor da população residente naquele Censo observou-se a seguinte distribuição: brancos, 61,0%; pardos, 29,5%; pretos, 8,7%; e amarelos, 0,7%<sup>8</sup>.

Na época da ditadura militar o quesito cor foi retirado do levantamento censitário. Conforme visto, por pressões do movimento negro e de setores da academia, o quesito voltaria a ser incluído no Censo de 1980. Todavia, ao voltar, o quesito fez parte apenas do questionário da amostra. Naquele ano, as opções de classificação utilizadas na resposta foram: Branca; Preta; Amarela; e Parda. Neste levantamento, todavia, ocorreu um razoável declínio da participação relativa dos auto-declarados brancos na população. Assim, este contingente declinou para 54,2%. No Censo de 1980, os pardos aumentaram sua presença relativa na população para 38,8%; os pretos declinaram para 5,9%; e os amarelos se mantiveram respondendo por 0,6%.

O Recenseamento de 1991 trouxe importantes novidades no que diz respeito a este quesito. Em primeiro lugar, pela primeira vez na história das pesquisas demográficas realizadas pelo IBGE apareceu o termo “Raça” no enunciado da pergunta. Do mesmo modo, no questionário deste levantamento o termo “raça” aparece antes de “cor” na expressão: “Raça ou cor”, até os dias atuais situação única entre os levantamentos realizados por aquele Instituto. A segunda inovação foi a inclusão da categoria “Indígena”, ao lado das opções: Branca; Preta; Parda e Amarela. Assim, no Censo de 1991, os brancos responderam por 53,7% do total de residentes; os pardos, por 42,4%; os pretos, por 5,0%; e os amarelos, por 0,4%.

O Censo Demográfico de 2000 modificou novamente o enunciado da pergunta para: “A sua cor ou raça é ...?”, invertendo assim a ordem da posição entre os termos “cor” e “raça”, mas acabou mantendo as mesmas categorias de resposta utilizadas em 1991. Naquele levantamento os auto-declarados brancos voltaram a ampliar sua participação relativa na população para 53,7%. Os auto-declarados pardos responderam por 38,5%; ao passo que os auto-declarados pretos ampliaram sua presença relativa para 6,2%. Os amarelos permaneceram respondendo por 0,4% da população residente<sup>9</sup>. Esta proporção também foi a mesma para que os se declararam indígenas.

---

<sup>8</sup> Fonte: BRASIL, IBGE. Censos Demográficos de 1960, publicação impressa

<sup>9</sup> Conforme já mencionado, devido à existência de diversas críticas aos termos empregados, o IBGE introduziu uma questão aberta e uma fechada sobre a classificação de cor ou raça no suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho de 1998, para avaliar se outras alternativas poderiam constituir um melhor sistema de classificação. Porém, após um amplo debate, a Comissão consultiva do Censo do ano de



O último levantamento censitário realizado em 2010 manteve o mesmo quesito de dez anos antes, seja no enunciado da pergunta que nas categorias de resposta, incluindo para os autodeclarados indígenas uma pergunta sobre a etnia ou povo e as línguas faladas. Outro aspecto importante de ser destacado é que, depois de quarenta anos, no Censo de 2010, a pergunta sobre a cor ou raça dos recenseados voltou a ser incluída no Questionário Básico, passando a fornecer novamente informação sobre todo o universo da pesquisa.

Do ponto de vista dos seus resultados, o Censo de 2010 representou um ponto de inflexão em termos da composição de cor ou raça da população brasileira tendo em vista que pela primeira vez, desde 1890, os auto-declarados brancos deixaram de constituir a maioria absoluta no país: 47,7%, ou seja, seis pontos percentuais inferior ao ocorrido no Censo de 2000. Coerentemente, na comparação entre 2010 e 2000, os pardos e pretos ampliaram sua presença na população residente. Assim, os pardos passaram a responder por 43,1%; e os pretos, por 7,6%. Os auto-declarados amarelos ampliaram sua presença relativa para 1,1%, ao passo em que os que se consideravam indígenas se mantiveram em 0,4%<sup>10</sup>.

Conforme será visto na subseção seguinte, a evolução destes dados acerca da composição de cor ou raça da população brasileira, no seu sentido geral, expressa o que já vinha sendo observado ano a ano através da PNAD.

## **2.b. A variável cor na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (Quadro 1, gráfico 2)**

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é talvez a pesquisa demográfica mais utilizada pelos pesquisadores interessados em estudar a sociedade brasileira contemporânea, seja pela grande variedade de temas apresentados (sobretudo através de seus suplementos temáticos), seja pela possibilidade de realizar análise de médio e longo prazo.

A pesquisa teve início no ano de 1967, com o objetivo de fornecer informações sobre as características socioeconômicas da população entre os levantamentos censitários. A PNAD é interrompida apenas nos anos dos levantamentos censitários. Apenas em 1994, por razões excepcionais, não foi realizada. É uma pesquisa por amostra

---

2000, em dezembro de 1998, resolveu descartar as numerosas sugestões de alteração apresentadas e manteve o sistema anterior (Schwartzman, *op cit*).

<sup>10</sup> Para uma análise mais pormenorizada de como estes dados se comportaram nas Unidades da Federação ver: PAIXÃO e col. (2011a).

de domicílio, e investiga anualmente as condições de educação, trabalho, rendimento e habitação da população residente. Por meio de seus suplementos temáticos, abrange, com periodicidade variável, outras características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição, etc. Sua abrangência geográfica foi ampliada gradativamente, passando a incorporar em 1981 todo o território brasileiro, com exceção da área rural da Região Norte que passou a ser investigado a partir do ano de 2004.

O quesito sobre a cor dos entrevistados foi incluído no corpo básico da pesquisa a partir do ano de 1987, desde então tendo sido mantida. Anteriormente, a pergunta já tinha sido incorporada nos suplementos de 1976 (Mobilidade Social e Cor das Pessoas), 1982 (Educação), 1984 (Fecundidade feminina), 1985 (Situação do menor [pesquisa suplementar restrita ao Distrito Federal e às nove Regiões Metropolitanas existentes à época: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre]) e 1986 (Anticoncepção [pesquisa especial realizada por meio de uma subamostra e restrita às mulheres de 15 a 54 anos de idade], Acesso a serviços de saúde, Suplementação alimentar e Associativismo).

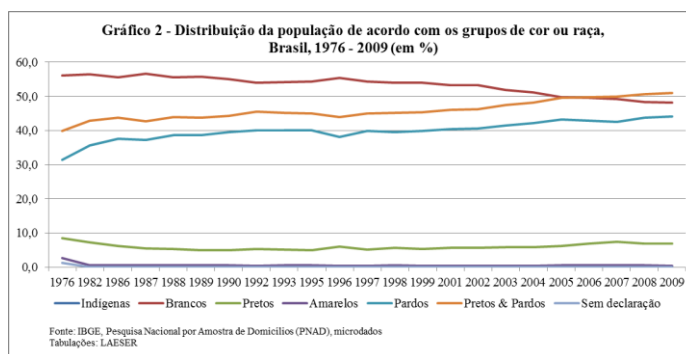
No que tange ao enunciado da pergunta, nos suplementos anteriores a 1987, era perguntado: “Qual a cor de...?”. Já a partir da introdução do quesito no corpo básico da pesquisa em 1987, foi introduzido o campo “Cor” no questionário de mão-de-obra.

Sucessivamente à introdução do termo “raça” no Censo de 1991, como foi visto na subseção acima, a partir de 1992, o enunciado mudou para “A cor ou raça do(a)... é?”. Vale frisar que já no ano seguinte à aplicação do levantamento censitário de 1991, onde o termo “raça” encontrava-se antes do termo “cor”, se deu a inversão entre os dois atributos.

Analisando as categorias de classificação de cor ou raça utilizadas nas respostas, observa-se que no suplemento da PNAD de 1976 havia duas perguntas sobre a cor dos entrevistados. Na primeira, aberta, o entrevistador devia perguntar “Qual a cor do Sr. (Sra.)...?”, e anotar a resposta do informante. Sucessivamente, após ter indagado a cor de todos os moradores do domicílio, o pesquisador perguntava ao informante de classificar a cor dos moradores da seguinte forma: “Entre BRANCA, PRETA, AMARELA ou

PARDA. Como classificaria a cor do Sr. (Sra.)... ?” O entrevistado podia não informar a cor<sup>11</sup>.

Já no suplemento de 1982 constava apenas a pergunta fechada, onde o entrevistador devia indicar a opção declarada pelo informante entre as seguintes categorias: Branca; Preta; Parda; Amarela<sup>12</sup>. Esta mesma classificação foi mantida nos suplementos de 1984, 1985 e 1986<sup>13</sup>



Quando a pergunta sobre cor ou raça foi introduzida no corpo principal da pesquisa, em 1987, o entrevistado devia declarar espontaneamente a própria cor entre as opções: Branca; Preta; Parda; Amarela. Esta classificação foi adoptada até 1990.

Do mesmo modo em que o enunciado da pergunta passou por modificações devido às alterações metodológicas ocorridas no Censo de 1991, também as categorias da resposta da PNAD de 1992 foram alteradas, passando a incluir a opção “Indígena”. Assim, a partir daquele ano, a PNAD passou a adotar, sem mais modificações até o momento, as opções de resposta: Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena.

No que tange à evolução da composição da cor da população brasileira segundo as sucessivas edições da PNAD pode-se ver que, entre os anos de 1976 e 1999, ocorreu uma visível estabilidade no peso relativo dos brasileiros que se consideravam de cor ou raça branca. Assim, naquele primeiro ano o peso relativo dos que auto-declararam desta

<sup>11</sup> Fonte: BRASIL, IBGE. Manual do Entrevistador PNAD 3.01. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>.

<sup>12</sup> O manual do entrevistador continha as seguintes recomendações: “Obs: 2 – a cor amarela só será utilizada para classificar a pessoa de raça amarela (japonesa, chinesa, coreana, etc.), não se devendo considerar como dessa cor a pessoa que, por problema de doença, tenha adquirido esta tonalidade de pele; e 3- incluir como parda, a pessoa que declarar: mulata, índia, cabocla, cafuza, mameluca, etc.”. (BRASIL, IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Manual do Entrevistador, 1982. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>)

<sup>13</sup> Os suplementos de 1984, 1985 e 1986 acrescentaram entre as orientações para a pesquisa de campo a necessidade de o entrevistador ler as opções existentes para o entrevistado para que ele mesmo se classificasse, caso a declaração dada não coincidissem com as alternativas apresentadas (BRASIL, IBGE. PNAD - Manual do Entrevistador de 1984, 1985 e 1986. Disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>)

forma foi de 56,1%, ao passo que naquele último ano, este peso relativo foi de 54,0%. Desde então, contudo, veio se dando um progressivo movimento de queda do peso relativo deste grupo de cor ou raça no seio da população residente: em 2001, 53,3%; em 2003, 51,9%; em 2005, em 49,7%, ou seja, a partir deste ano os auto-declarados brancos já não eram a maioria absoluta junto à população residente. Dali em diante este movimento de queda relativa seguiu para 49,2%, em 2007; e 48,2%, em 2009. Acompanhando os dados já vistos do Censo entre 2000 e 2010, também no caso da PNAD, entre 1999 e 2009, o peso relativo dos auto-declarados brancos declinou 5,8%.

No que tange aos auto-declarados pardos segundo a PNAD, o seu peso relativo na população residente era de 31,5%, em 1976. Em 1982 seu peso relativo seria ampliado para 35,6%. Desde então sua participação na população residente se elevaria progressivamente até o ano de 1995, quando chegou a 40,1%. Em 1996, curiosamente, seu peso relativo declinou para 38,0% e oscilou entre 39,9% e 39,5% entre 1997 e 1999. Ao longo da década de 2000, a presença relativa dos pardos naquela pesquisa passou para o patamar de 40%, chegado, em 2009, a responder por 44,2% dos residentes.

Os auto-declarados pretos respondiam por 8,4% na PNAD 1976 e tendo declinado para 7,3%, na PNAD 1982. Entre este ano e o de 1990 a presença relativa dos pretos na população total declinou progressivamente, até chegar a 4,9%, na PNAD de 1990. Entretanto, na edição desta pesquisa de 1992 este grupo voltaria a crescer relativamente para o patamar de 5,4%. Entre 1993 e 1995 voltaria a declinar, mas chegando a 6,0%, em 1996. Entre 1997 e 2002 os auto-declarados pretos oscilaram entre 5,2% e 5,7%. Porém, entre 2003 e 2006, o peso relativo deste contingente passou ao patamar de 6,0%; e, entre 2007 e 2009, ao patamar de 7,0%<sup>14</sup>.

Este conjunto de informações mostra que a despeito de oscilações ocorridas ano após ano, em seu sentido geral, também na PNAD ocorreu um movimento de crescimento relativo dos pretos e dos pardos no seio da população residente. Além deste dado ser igualmente coerente ao verificado nos levantamentos censitários, igualmente reflete que tal movimento se deu justamente a partir da segunda metade da década de 2000.

### **3. As bases de dados oficiais brasileiras e a variável cor ou raça**

#### **3.a. Considerações metodológicas**

---

<sup>14</sup> O peso relativo dos indígenas, na PNAD entre 1992 e 2009, passou do patamar de 0,1%, para o de 0,3%. O dos amarelos se manteve no patamar entre 0,4% e 0,5%

Nesta seção são apresentadas as principais bases de dados produzidas por órgãos do Governo Federal que incluem em seus questionários a variável cor ou raça para além do Censo e da PNAD.

Neste momento é importante fazer algumas ressalvas metodológicas. Em primeiro lugar, deve ser salientado que nas últimas décadas a progressiva inclusão do quesito sobre a declaração de cor ou raça da população brasileira interessou diversas fontes de informações, seja de caráter governamental, em todas suas esferas administrativas, que não governamentais. No caso deste estudo, por necessidade de síntese foi escolhido de adotar um recorte que incluísse apenas os levantamentos oficiais produzidos pelo Governo Federal. Privilegiou-se a adoção deste critério em razão da importância destas fontes de informação para a análise de toda a realidade nacional brasileira e por serem as fontes de dados estatísticos mais utilizadas pelos pesquisadores em suas análises sobre as características demográficas e socioeconômicas da população. Além disso, como o objetivo desse artigo é analisar de que forma o Estado brasileiro respondeu às crescentes demandas do movimento negro de visibilidade estatística, esta seleção nos permite refletir sobre o processo de inclusão desse quesito na esfera nacional, destacando as etapas temporária deste processo e a própria formulação adotada na investigação da cor ou raça das pessoas.

Em segundo lugar, deve ser pontuado que o levantamento realizado pode estar incompleto, não incluindo rigorosamente todas as bases produzidas na esfera federal que contenham o quesito sobre cor ou raça. Isto é especialmente verdade no caso das fontes de informação estatística na área de saúde, devido ao fato que o Ministério da Saúde está paulatinamente incluindo na última década o campo sobre a “Raça / Cor” da população nas pesquisas realizadas, e, sobretudo em todos os registros administrativos de sua competência. Muitos destes registros não são normalmente disponibilizados ao público em geral, sendo em muitos casos difícil obter informações sobre eles. Assim, por exemplo, o Registro de Câncer de Base Populacional (RCBP) e o Sistema de Cadastro de usuários do SUS (CADSUS) contêm em suas fichas a variável sobre a cor ou raça da população cadastrada. Porém, em razão da impossibilidade de se obter informações mais detalhadas sobre a base e o processo de incorporação do quesito optou-se por não incluí-las no levantamento realizado. De qualquer forma, é importante ressaltar que o estudo incorpora todas as principais pesquisas, atualmente produzidas no Brasil, seja na área da saúde que em temas de competência de outros órgãos. O marco de

referência utilizado para a pesquisa foi o trabalho realizado pelo Comitê de Estatísticas Sociais (CES)<sup>15</sup>, criado através da Portaria Interministerial nº 424, de 6 de dezembro de 2007. Este Comitê interministerial tem entre seus objetivos o aprimoramento e a progressiva integração das bases de dados dos diferentes órgãos e divulga, em seu sítio<sup>16</sup>, as principais informações sobre as bases de dados de cada instituição. A partir da lista disponibilizada foi investigada a existência ou não da pergunta sobre cor ou raça naquelas fontes estatísticas. Além destas bases de dados, foram objeto de análise algumas pesquisas não contempladas pelo CES porque já foram descontinuadas. Porém, devido à relevância para entender a progressiva incorporação ao longo do tempo da variável cor ou raça nas estatísticas sociais, optou-se por incorporá-las neste estudo.

Em último lugar, o marco conceitual e temporal da investigação foram as pesquisas de ordem quantitativa realizadas desde o ano de 1940. Assim, não são considerados os estudos de caráter sócio-antropológico, mesmo quando existe uma quantidade mais significativa de entrevistados.

As bases de dados foram agrupadas em cinco quadros, de acordo com o órgão produtor da informação. As fontes foram classificadas de acordo com a natureza da própria pesquisa, ou seja, foram divididas em pesquisas de caráter censitário ou amostral e registros administrativos<sup>17</sup>.

Para cada fonte de dados foi também informado o ano em que iniciou o levantamento e sua periodicidade, o ano em que foi incluída a variável cor ou raça, o enunciado da pergunta, as categorias da resposta e a forma de acesso aos microdados. No que tange às formas de acesso à base, foi escolhido de não incluir a modalidade de divulgação das pesquisas (impresso ou eletrônico, em formato de síntese dos indicadores principais ou tabelas, etc.), limitando-se a descrever se o acesso à base em seu formato

---

15 O Comitê interministerial reúne atualmente nove entidades do Governo Federal: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Previdência Social; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep; e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

16 [http://www.ibge.gov.br/projetos/comite\\_estatisticas\\_sociais/](http://www.ibge.gov.br/projetos/comite_estatisticas_sociais/)

17 Vale lembrar que a principal diferença entre um cadastro administrativo e uma pesquisa censitária ou por amostra é o fato que, enquanto em uma pesquisa os investigadores vão aos domicílios ou locais relevantes para obter informações, no cadastro administrativo, as pessoas têm os dados coletados em formulários, ao serem atendidas por determinados serviços. Assim, os cuidados metodológicos exigíveis para esse tipo de base de informações não dizem respeito ao coeficiente da variação, mas, sim, à qualidade da cobertura do serviço público correspondente no qual o cadastro é gerado.

microdado era disponível para os usuários e de que forma (disponibilizado na internet, necessidade de assinatura de Termo de Responsabilidade, aquisição paga).

Sempre que possível serão também tecidas considerações sobre a própria qualidade da base de dados e das informações disponibilizadas, assim como, especialmente no caso dos cadastros administrativos, foi investigada a subnotificação da variável cor ou raça. Estas informações são especialmente importantes para poder refletir sobre a qualidade sociológica da análise entorno da classificação segundo os grupos de cor ou raça da população brasileira que cada fonte estatística permite.

### **3.b. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Quadro 2)**

O quadro 2 apresenta os levantamentos de caráter demográfico realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que incluem a variável cor ou raça. Não constam nessa síntese o Censo Demográfico e a PNAD que foram objeto de uma análise detalhada na seção anterior.

Assim, foram identificadas mais sete pesquisas do IBGE, todas de caráter amostral, que incluíram ao longo das últimas duas décadas o quesito sobre cor ou raça.

Com exceção da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) que investiga mensalmente as características do mercado de trabalho nas seis maiores Regiões Metropolitanas do país, as outras bases de dados são pesquisas especiais, de caráter temático, e não contam com uma periodicidade bem definida.

A Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), realizada em 1988/1999, foi a primeira pesquisa do IBGE, além do Censo e da PNAD, a incluir a informação sobre a cor dos entrevistados. O quesito e as opções de respostas seguiam o sistema classificatório usado na década de 1980 por aquele instituto de pesquisa.

Mas é a partir da segunda metade dos anos 1990 que a inclusão variável cor ou raça se expandiu de forma bastante acelerada. As primeiras duas pesquisas a incorporarem o quesito foram: a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV), em 1996/1997, e a pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF), em 1997. Em julho de 1998, o já citado suplemento temático da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) também investigou as classificações de cor ou raça da população para auxiliar a revisão daquele quesito para o Censo de 2000. Porém, a incorporação da pergunta sobre cor ou raça no questionário principal da PME ocorreu apenas em 2002, quando da revisão metodológica da pesquisa.

Nas três bases de dados é adotado o enunciado “Cor ou raça” para a pergunta, já as opções de resposta apresentam algumas diferenças. A ECINF e a PME<sup>18</sup> adotam o mesmo sistema classificatório do Censo e da PNAD a partir de 1991: Branca; Preta; Parda; Amarela; Indígena. Já a PPV englobou em uma única categoria a população amarela e indígena.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) incluiu a pergunta “A cor ou raça do(a) .... é ...?” pela primeira vez no levantamento realizado nos anos de 2002 e 2003, e cinco anos depois (2008/2009) reaplicada, utilizando as cinco categorias padronizadas do IBGE.

A recém-divulgada Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE), realizada pela primeira vez em 2009, também incluiu uma pergunta sobre a cor ou raça dos estudantes entrevistados nos moldes classificatório adotados atualmente pelo Instituto.

Em 2008 foi a campo a pesquisa Características Étnico-raciais da População (PCERP), com o objetivo de aprofundar a reflexão sobre o sistema de classificação de cor ou raça utilizado nas pesquisas domiciliares do IBGE. Visando estudar a necessidade de uma eventual mudança das categorias atualmente adotadas pelo órgão, o questionário da pesquisa apresenta numerosas perguntas sobre a classificação étnico-racial da população e a importância atribuída à cor ou raça na sociedade. Aqui são listadas apenas as perguntas diretamente relacionadas à classificação de cor ou raça dos entrevistados:

*a) “Você saberia dizer qual é a sua cor ou raça?”;*

*b) “Dentre as seguintes alternativas, você se reconhece ou se identifica como de cor ou raça: Afro-Descendente / Indígena / Amarelo / Negro / Branco / Preto / Pardo?”;*

*c) “Você escolheria um outro termo, diferente desses, para sua cor ou raça?”.*

*As opções de respostas das três questões acima foram:*

*a) Sim, Especifique; Não.*

*b) Sim; Não. Em caso de resposta afirmativa para Indígena, é solicitado de especificar a Etnia e a Língua Indígena falada. Em caso de resposta afirmativa para Amarelo, é solicitado de especificar a origem geográfica familiar.*

*c) Sim, Qual?; Não.*

Os resultados do inquérito foram divulgados em julho de 2011 pelo IBGE e merecerão com certeza uma atenta análise dos estudiosos do tema das relações raciais, estimulando um novo interessante debate sobre a classificação identitária e as formas de captação por parte dos órgãos governamentais e outros institutos de pesquisa.

No que tange a não declaração de resposta na pergunta sobre a cor ou raça, em todas as pesquisas realizadas pelo IBGE, é baixíssima, sendo sempre inferior ao 1%.

---

18 A PME inclui em seu questionário um campo para computar as pessoas de cor ou raça não declarada.



Finalmente, cabe ainda lembrar o esforço do IBGE no sentido de uma mais ampla democratização do acesso às informações estatísticas. Não somente as publicações do Instituto podem ser acessadas gratuitamente a partir de seu portal, mas nos últimos anos foram divulgados, gratuitamente, na internet, os microdados das principais pesquisas realizadas a partir da década de 2000.

### **3.c. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep / Ministério da Educação - MEC (Quadro 3)**

O órgão de produção de dados estatísticos do Ministério da Educação (MEC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), passou a introduzir o quesito cor ou raça a partir da década de Noventa.

A avaliação dos alunos da educação básica adotou a inclusão da pergunta sobre cor ou raça desde o início da implementação de cada exame. Assim, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) introduziu o quesito em 1990; o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 1998; e a mais recente Prova Brasil, em 2005<sup>19</sup>.

A análise do quesito cor ou raça nestas pesquisas resulta de grande interesse. Se por um lado, as três provas adotaram o mesmo enunciado na pergunta, as categorias de resposta passaram por várias reformulações e alterações ao longo dos anos.

Em primeiro lugar, o enunciado da pergunta difere das formulações propostas pelos outros órgãos governamentais, não fazendo menção específica aos termos “cor” e “raça”, mas adotando uma expressão genérica: “Como você se considera?”. Como veremos a seguir, esta mesma tipologia é aplicada nas avaliações realizadas com os alunos do ensino superior.

Até o ano de 2001, o Saeb apresentava as seguintes opções de resposta: Branco; Pardo/Mulato; Negro; Amarelo; Indígena. De acordo com o Relatório Nacional Saeb 2003, teriam sido realizadas mudanças em relação à declaração de “Cor e Etnia”, contida na Saeb 2001, de forma a uniformizar os conceitos utilizados neste inquérito com os adotados pelo IBGE e outros órgãos de governo. Assim, teria sido eliminado o termo “Mulato”, da categoria “Pardo/Mulato”, e a alternativa “Negro” teria sido substituída por “Preto” (BRASIL, INEP/MEC, 2006). No questionário socioeconômico do Saeb 2003, as

---

<sup>19</sup> Vale salientar que o Saeb é uma pesquisa amostral aplicada aos estudantes, da rede pública e privada, da quarta e oitava série do ensino fundamental e do terceiro ano do ensino médio. Já a Prova Brasil é uma pesquisa censitária realizada com todos os alunos da quarta e oitava série da rede pública do ensino fundamental. O Enem, por ser um exame de caráter voluntário realizado pelos concluintes ou os que já concluíram o ensino médio, é a única pesquisa que não pode ser inserida na tipologia, adotada pelo estudo, de classificação das bases em: pesquisas censitárias, amostrais e cadastros administrativos.

alternativas na definição da cor ou raça dos alunos foram: Branco; Pardo; Preto; Amarelo; Indígena. Porém o dicionário dos microdados da base daquele ano reporta as categorias anteriores. Este poderia ser considerado apenas um lapso na arrumação da base final de 2003, se não fosse que no Saeb 2005, seja no questionário como no dicionário, as categorias encontradas foram as anteriores a 2003: Branco; Pardo/Mulato; Negro; Amarelo; Indígena. Novamente, a partir de 2007, com a aplicação conjunta da Prova Brasil e do Saeb, houve uma alteração das categorias de resposta que passaram a acompanhar a classificação do IBGE: Branco(a); Pardo(a); Preto(a); Amarelo(a); Indígena.

As categorias de respostas do ENEM passaram por várias modificações: no primeiro ano de aplicação, em 1998, as categorias empregadas seguiam o esquema de cor proposto pelo IBGE. Sucessivamente, entre 1999 e 2000, o questionário socioeconômico pediu para se classificar nas seguintes categorias: Branco(a); Pardo(a)/Mulato(a); Negro(a); Amarelo(a) (De origem asiática); Indígena. Em 2001, foi retirada a referência à origem asiática da população que se autodeclarava amarela, mantendo estas categorias até 2004. Em 2005, o quesito cor ou raça voltou a adotar as opções do IBGE, já utilizadas em 1998: Branco(a); Pardo(a); Preto(a); Amarelo(a); Indígena. Esta classificação se manteve, com certeza, até 2009<sup>20</sup>.

A avaliação do desempenho dos alunos da educação superior foi realizada, em um primeiro momento, através do Exame Nacional de Curso da Educação Superior (Enc) - conhecido como Provão e aplicado entre 1996 e 2003 - e sucessivamente por intermédio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), adotado em 2004. No Provão, o quesito cor ou raça foi incluído em 1999, ao passo que, no ENADE, esteve presente desde sua primeira aplicação em 2004. A formulação da pergunta e das categorias de classificação se manteve estável ao longo do tempo entre as duas pesquisas. Assim, como no caso dos outros sistemas de avaliação, o enunciado do quesito não faz menção aos termos “cor” ou “raça”, mas pergunta: “Como você se considera?”. As opções de resposta são assim formuladas: Branco(a); Negro(a); Pardo(a) / mulato(a); Amarelo(a) (de origem oriental); Indígena ou de origem indígena.

---

<sup>20</sup> Com a crescente importância do ENEM nos processos seletivos das universidades públicas federais e na seleção dos participantes de programas governamentais de acesso ao ensino superior, como o ProUni, houve alterações no próprio questionário socioeconômico da prova. Infelizmente, não conseguimos obter acesso completo ao questionário do ENEM para os anos de 2010 e 2011, não podendo afirmar se o quesito cor ou raça não passou novamente por uma reformulação nesse período mais recente.

O Censo da Educação Básica, que coleta informações sobre as escolas, seus alunos, docentes e demais profissionais, incorporou o quesito “Cor/Raça” apenas a partir de 2005, adotando as categorias de classificação do IBGE: Branca; Preta; Parda; Amarela; Indígena; e Não Declarada.

Nos primeiros dois anos de aplicação, a informação era agregada por nível de escola; mas a partir de 2007, por uma mudança metodológica do próprio Censo Escolar, que passou a coletar informações ao nível de aluno e professor, as informações poderiam ser recuperadas a um nível mais desagregado. Infelizmente, a grande subdeclaração da variável impede o uso da base no estudo das condições infraestruturais das escolas frequentadas por parte dos grupos de cor ou raça. Em 2005, por exemplo, no Brasil como um todo, a não declaração da cor ou raça dos alunos matriculados chegava a 17%, no ensino fundamental; e a 10%, no ensino médio. Já em 2009, o percentual de não declaração foi ainda superior, provavelmente devido às mudanças na coleta dos dados recém-implementadas. Assim, naquele ano, se no estado do Paraná, 24% do total dos alunos matriculados não tinha declarado sua cor ou raça, em outros estados, como o vizinho Rio Grande do Sul, a não declaração da variável chegava a 65%.

Cabe ainda mencionar duas pesquisas especiais realizadas pelo Inep/MEC que incluíram a variável cor ou raça: o Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, realizado em 2003, e a Pesquisa das Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, de 2008.

Na primeira pesquisa, foi perguntado aos professores da educação básica: “Em relação à cor ou à raça, como você se considera?”. As opções de resposta seguiram a classificação do IBGE: Branco(a); Pardo(a); Preto(a); Amarelo(a); Indígena. Infelizmente, no caso desta pesquisa, os problemas operacionais nas fases de planejamento e execução, impediram um completo recenseamento de todos os profissionais do magistério. Por própria recomendação do INEP, inferências para o universo, a partir dos resultados da pesquisa, devem ser feitos com cautela (BRASIL, INEP/MEC, 2003).

Na Pesquisa das Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, voltada a mensurar a incidência de várias formas de preconceito e discriminação nas escolas públicas, foi aplicado um questionário aos alunos, diretores, professores, funcionários da escola e pais dos alunos, onde se perguntava: “Considerando as alternativas abaixo, assinale a qual

delas o(a) Sr(a) se classifica?”. As opções de resposta foram: Amarelo ou oriental; Branco; Caboclo; Cafuso; Índio; Moreno; Mulato; Preto; Pardo.

Infelizmente, uma última pesquisa de competência do Inep/MEC, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que segundo o CES inclui um quesito sobre a classificação de cor ou raça, não pôde ser inserida no presente estudo, em razão da impossibilidade de se conseguir acesso à própria pesquisa no próprio sítio do Ministério.

Finalmente, cabe informar que, apesar da gratuidade e facilidade de acesso aos microdados das bases de dados do Inep/MEC, este órgão vem apresentando uma demora na liberação dos resultados de seu trabalho e lacunas no material de suporte disponibilizado junto às bases, derivadas em grande medida da fragilidade em termos de quadros de funcionários e recursos disponíveis do próprio Inep/MEC.

### **3.d. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (Quadro 4)**

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) criou, em 2001, o Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico) com o objetivo de identificar potenciais beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família ou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

O quesito cor ou raça está presente no formulário de cadastramento desde sua implementação. Até o final de 2010, ou seja, até a versão 6 do banco, o enunciado da pergunta era “Raça/Cor”. Contudo, na última reformulação do questionário, o quesito foi padronizado com a classificação do IBGE, passando a utilizar a expressão: “Cor ou Raça”.

Também as categorias utilizadas na resposta foram reformuladas e uniformizadas com as categorias adotadas pelo IBGE. No caso, o termo “Negra”, em uso até a versão 6 do Cadastro, foi trocado por “Preta”. Desta forma, as opções em vigor a partir do final de 2010 são: Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena.

O quesito cor ou raça é de preenchimento obrigatório e não apresenta problemas evidentes de subnotificação. Porém, o CadÚnico requer alguns cuidados metodológicos na preparação da própria base. Por exemplo, o LAESER teve acesso à base gerada em fevereiro de 2009, na qual 13% dos cadastrados eram duplicados, sendo necessário eliminar as multiplicidades antes de poder utilizar o cadastro.

O acesso aos microdados do Cadastro Único não são disponibilizados abertamente pelo MDS. Os institutos de pesquisas que queiram utilizar a base de dados

para estudos devem firmar um Acordo de Cooperação com o Ministério, sendo necessária a assinatura de um Termo de Responsabilidade para cada projeto de estudo que utilizará a base.

### **3.e. Ministério da Saúde (MS) / DATASUS (Quadro 5)**

A luta do movimento negro para garantir a adoção de uma política de atenção à saúde especialmente voltada para a população negra merece um destaque especial. As reivindicações e conquistas alcançadas ao longo dos anos foram numerosas. Nesse momento, cabe destacar as etapas mais importantes para a inclusão do quesito cor ou raça nos levantamentos sobre a saúde da população e os cadastros de atendimentos e serviços prestados. Em 1990, o movimento negro paulistano já tinha conseguido introduzir, por meio da Portaria nº 696/90, o quesito cor ou raça em todos os levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Acatando as demandas do movimento, a resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde introduziu o quesito de cor ou raça nos dados de identificação individual das pesquisas envolvendo seres humanos; e, em 1997, o Ministério da Saúde incorporou a pergunta sobre cor ou raça na Declaração dos Nascidos Vivos e na Declaração de Óbitos. Em 2004, a criação do Comitê Técnico de Saúde da População Negra por parte do Ministério da Saúde e a realização do I Seminário Nacional de Saúde da População Negra, foram outros dois passos fundamentais para a incorporação do quesito cor ou raça, não apenas nas pesquisas na área de saúde, mas em todos os registros administrativos do Ministério (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Os primeiros cadastros a incluir o quesito cor ou raça foram o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) em 1996. O Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) incluiu este campo cinco anos mais tarde, em 2001. Outros dois registros administrativos, o Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e o Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) adicionaram a pergunta sobre a cor ou raça apenas em 2008.

Como já foi mencionado na introdução desta seção, pelo menos outros dois cadastros, o Registro de Câncer de Base Populacional (RCBP) e o Sistema de Cadastramento de usuários do SUS (CADSUS), contêm em suas fichas a variável sobre a cor ou raça da população cadastrada. Porém a dificuldade em obter informações sobre estas bases impossibilitaram sua inclusão nesse estudo.

No que tange ao enunciado da pergunta, a expressão “Raça/Cor” é comum em todos os cadastros de saúde analisados neste artigo. Chama a atenção o fato que a ordem dos termos “raça” e “cor” é invertida em relação à classificação do IBGE. Contudo, as categorias de identificação são iguais às empregadas pelo IBGE. Adicionalmente, nas fichas do SIA/SUS, SIM e SIH/SUS é também incluída a declaração da etnia para a população autodeclarada indígena.

A maior diferença, em relação às pesquisas do IBGE, é o fato que nos cadastros administrativos as informações são coletadas em formulários aplicados no momento do atendimento de determinados serviços. Neste caso, o formulário é normalmente preenchido diretamente pelos profissionais da área de saúde. Porém, a orientação a ser seguida, mesmo quando os formulários não são preenchidos diretamente pela população beneficiada, é que a coleta do quesito cor ou raça seja feita de acordo com a autodeclaração prestada pelo usuário de saúde. Nos casos específicos em que os usuários sejam impossibilitados de realizar a identificação, como por exemplo, no caso dos recém-nascidos e dos óbitos, é recomendado que os familiares ou os responsáveis pelos mesmos forneçam esta informação<sup>21</sup>.

As principais limitações ao se trabalhar com estas bases derivam dos problemas de subnotificação aos quais os cadastros de saúde são submetidos, apesar dos recentes progressos na ampliação da cobertura. No caso do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), por exemplo, segundo estimativas de demógrafos do IBGE, em 2000, na população acima de cinco anos de idade, o percentual de cobertura da apuração oficial dos óbitos seria de 80% para os homens e de 75%, para as mulheres (Oliveira & Albuquerque, s/d). Já na população menor de um ano de idade, Paixão, Carvano, Oliveira, & Ervatti (2005) no mesmo ano, as diferenças entre os indicadores obtidos no SIM correspondiam a apenas 43% da razão de mortalidade, calculada por estimativas indiretas através do método de Brass (1974) e Trussel (1975)

Um segundo problema de subnotificação é ligado especialmente ao quesito cor ou raça e ao grande número de registros em que a informação da pessoa atendida não é declarada. No SIM, em 2007, 8,1% dos atestados de óbito emitidos omitiam a informação sobre a cor ou raça. No caso do SINASC, embora a identificação da cor ou raça do recém-nascido tenha sido inserida na Declaração dos Nascidos Vivos em 1996,

---

21 A este respeito, ver, por exemplo, a Portaria SMS.G Nº 545, 27 de agosto de 2004, do Município de São Paulo ou a Resolução SES nº 2879 de 05 de dezembro de 2005 do Estado do Rio de Janeiro.

apenas foi possível introduzir a desagregação pelos grupos de cor ou raça nas análises sobre natalidade quatro anos depois, como consequência da melhoria no preenchimento da informação. Outro exemplo é o SINAN, no qual, somente no ano de 2008, em 26,2% dos casos de agravos de notificação não havia aquela sorte de informação, não obstante a notória ampliação da cobertura dos registros de cor ou raça desde o começo da década de 2000 e a melhoria progressiva nas informações coletadas.

Além dos registros administrativos descritos, o Ministério da Saúde é responsável por duas pesquisas amostrais que contêm o quesito cor ou raça. A primeira é a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) que incluiu a pergunta em 1991, quando foi aplicada apenas no nordeste, e sucessivamente, em 1996 e 2006, quando abrangeu todo o território nacional. O enunciado da pergunta, em todos os levantamentos, fez apenas referência à cor dos entrevistados, sem mencionar o termo “raça”. Já as opções de resposta mudaram ao longo do tempo, passando a adotar em 2006 o sistema de classificação do IBGE.

A segunda pesquisa amostral, VIGITEL, é aplicada anualmente, a partir de 2006, com o objetivo de monitorar a magnitude das Doenças e Agravos não Transmissíveis e analisar seus determinantes socioeconômicos e comportamentais, a partir de entrevistas telefônicas realizadas com maiores de 18 anos de idade. Esta base de dados foi a única em que foi encontrada uma menção específica à “cor da pele” em seu enunciado. As categorias da resposta, devida a própria peculiaridade da formulação da pergunta, apresentam uma grande peculiaridade, não podendo ser encontradas *ipsis litteris* em nenhum outro levantamento: Branca; Negra; Parda ou Morena; Amarela (apenas ascendência oriental); Vermelha (confirmar ascendência indígena); Não sabe; Não quis informar.

Um último comentário no que tange às pesquisas do Ministério da Saúde é relacionado à forma de acesso dos microdados. Das bases pesquisadas apenas no caso do Sistema de Informações Hospitalares do SUS não foram encontrados microdados desagregados até o nível do usuário atendido. Todos os outros levantamentos permitem investigar as condições dos indivíduos. No caso de algumas pesquisas, como o SINAN ou o VIGITEL, é necessário que o pesquisador assine um Termo de Responsabilidade para poder ter acesso aos microdados das bases, enquanto as outras pesquisas são disponíveis no portal do DATASUS.

### **3.f. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (Quadro 6)<sup>22</sup>**

As estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego são baseadas em dois registros administrativos prestados a este órgão pelas empresas cadastradas junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). A primeira base, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foi criado em 1965, e a segunda, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dez anos depois, em 1975. A CAGED capta somente a movimentação dos trabalhadores com carteira assinada em termos de sua contratação e demissão. Esta base é atualizada a cada mês. Já a RAIS incorpora informações de todos os trabalhadores do setor formal, incluindo os funcionários públicos estatutários e militares. Esta base é atualizada a cada ano.

Em ambos os cadastros a variável cor ou raça foi incluída em 1999, mediante a introdução de um campo denominado “Raça/Cor”. As categorias empregadas são as mesmas adotadas pelo IBGE. No caso destes dois registros administrativos existem dois aspectos que devem ser mencionados. Em primeiro lugar, na RAIS e na CAGED, a informação é prestada pela empresa, onde certamente o Departamento de Pessoal, isso quando não o próprio empregador, declara a cor ou raça de seus empregados. Esta dimensão deve certamente ser tomada em consideração quando são analisadas as características do mercado de trabalho formal e os resultados são comparados com os levantados pelas pesquisas do IBGE.

Em segundo lugar, no caso específico da não declaração da variável cor ou raça, os problemas de consistência apresentados pelos dados coletados nos primeiros anos, fizeram com que estas informações fossem divulgadas apenas a partir de 2007, no caso da CAGED, e do ano base 2006, no caso da RAIS<sup>23</sup>.

Na RAIS do ano de 2010 o percentual de registros de cor ou raça não identificada ou ignorada chegava a 19,2%. Apesar deste percentual ser razoavelmente elevado, quando de uma análise mais aprofundada para se saber o peso da omissão de registros

---

<sup>22</sup> Os indicadores contidos nesta subseção são inéditos e fazem parte de uma pesquisa que vem sendo realizada no LA ESER sobre a variável cor ou raça nas estatísticas do Ministério do Trabalho, com apoio da Fundação Ford e do PIBIC-CNPq. Nosso Laboratório obteve acesso à variável cor dentro das bases de dados da RAIS e da CAGED mediante pedido especial junto ao Ministério do Trabalho. Este estudo vem sendo feito pelo estudante de graduação em economia da UFRJ, Guilherme Câmara, ao qual os autores estendem os agradecimentos pelo envio das tabulações ora mencionadas.

<sup>23</sup> Ainda hoje, o acesso às informações sobre a cor ou raça contidas nas duas bases é realizado mediante a cessão de uma chave especial, após previa liberação por parte do Ministério. De uma forma geral, os microdados das bases de dados são enviados regularmente, em CD-ROM, após a assinatura de um Termo de Compromisso.



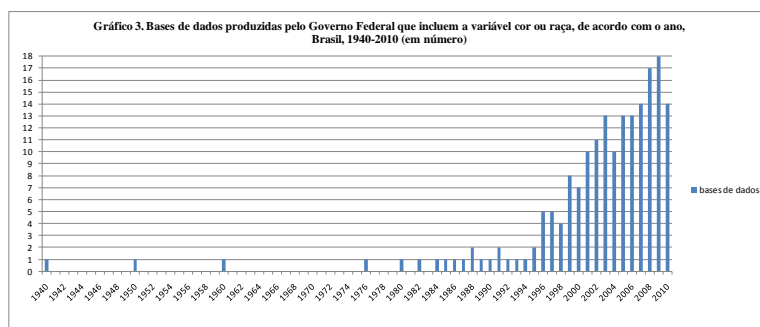
por cada um dos setores de atividade verificava-se um fenômeno no mínimo sugestivo. Assim, naquele último ano, o percentual de registros sem a cor declarada na agricultura era de 4,5%; na indústria era de 5,5%; na construção civil, era de 6,0%; no comércio era de 5,1%; no setor de alojamento e alimentação era de 5,0% e no setor de transportes, armazenagem e comunicação era de 4,4%. Por outro lado, apareciam como maiores responsáveis pela ausência de registro da raça/cor dos seus empregados os setores do serviço doméstico, 12,7%; da educação e saúde, 13,1% e, principalmente, a administração pública, ramo de atividade econômica onde em 90,8% não havia o registro da raça/cor dos funcionários.

No que tange à CAGED tomaremos por base o número total de pessoas que foram admitidas (ou seja, deixaremos de fora os trabalhadores que foram desligados). O percentual de registros sem cor declarada ou ignorada chegava, em junho de 2011, a 6,5%. Esta diferença em relação à RAIS é decorrente do peso da administração pública numa e noutra base. Assim, pelo fato da CAGED incorporar somente os trabalhadores públicos com carteira assinada, deixando de fora os estatutários, contribuiu indiretamente para melhorar a qualidade da informação. De qualquer modo, também nesta base, a omissão da declaração de registros da raça/cor dos empregados era bastante influenciada pelo que ocorria na administração pública, onde a sub-notificação desta variável chegava a 9,1%. À guisa de comparação, no setor industrial de transformação a sub-notificação daquela variável era de 6,0%.

#### **4. Considerações finais** (Gráfico 3)

Ao longo do presente artigo foi possível verificar um progressivo crescimento do número de bases de informações estatísticas de natureza oficial sobre a população brasileira desagregada pelos grupos de cor ou raça. Estas informações vêm cobrindo um largo conjunto da vida social abrangendo dados sobre o mercado de trabalho, acesso ao sistema de ensino e de saúde, estatísticas vitais de nascimentos e mortalidade, etc.

Apesar do gráfico 3, abaixo, carecer de um maior rigor metodológico, a sua visualização pode ser interessante justamente por evidenciar que boa parte das fontes de dados atualmente disponíveis foi gerado em um período posterior ao ano 2000. Portanto, tal informação reflete que a luta empreendida pelo movimento negro pela visibilidade estatística foi bem sucedida, tendo recebido razoável aceitação por parte do Estado brasileiro em diversos órgãos.



A esta informação de natureza institucional se somou outra igualmente relevante no plano social e político, conquanto de mais complexo entendimento. E esta outra informação diz respeito ao relativamente recente crescimento no peso relativo de pessoas auto-declaradas pretas e pardas para os entrevistadores do Censo Demográfico e da PNAD.

De fato, uma alteração na distribuição da população de um dado lugar segundo os grupos de cor ou raça poderia ser depreendida de diversos vetores, especialmente o demográfico. Neste caso, os distintos grupos poderiam estar apresentando taxas de fecundidade, mortalidade e padrões migratórios diferenciados, assim explicando as mudanças na composição daquela natureza. Realmente não há motivos para se descartar esta variável. O melhor exemplo neste sentido é o próprio movimento ocorrido entre 1980 e 1940 de branqueamento da população brasileira derivada justamente de padrões demográficos diferenciados por parte dos grupos de cor ou raça, com os brancos apresentando menores taxas de mortalidade que os pretos e pardos, e tendo herdado um fluxo migratório bastante intensivo tal como ocorreu entre o final do período escravista até o começo da década de 1920. Por outro lado, falando mais propriamente dos dias atuais, é sabido que as mulheres pretas e pardas seguem possuindo taxa de fecundidade superior às mulheres brancas, o que certamente vem contribuindo para os resultados obtidos nos últimos anos em termos do crescimento relativo dos pretos e dos pardos nos levantamentos demográficos recentes.

Não obstante, existem bons motivos para acreditar que o crescimento relativo dos pretos e dos pardos no seio da população residente igualmente se deu por conta de mudanças nas formas dos indivíduos se reconhecerem em termos de sua cor ou raça. O fato é que esta mudança da composição de cor ou raça da população residente no Brasil pode ser vista em todos os estratos sociais e em todos os intervalos etários (C.f. PAIXÃO & CARVANO, 2008). Ademais, conforme verificado, esta mudança se acelerou muito

rapidamente a partir da segunda metade dos anos 1990, não havendo motivos para se supor que tal fenômeno possa ter ocorrido por fatores fundamentalmente demográficos, antes que culturais, sociais e políticos.

De fato, não parece absurda a suposição de que tal mudança acompanhou um período de tempo marcado pela uma valorização da imagem social dos afrodescendentes, bem como o da emergência das políticas de ações afirmativas. Neste sentido, recuperando um termo empregado por Guimarães (1999), o movimento negro brasileiro avançou no sentido de alterar a marca de ser negro como uma condição de estigma, para uma outra, de carisma. De qualquer forma este processo dialogou com o processo de geração das estatísticas sociais desagregadas pelos grupos de cor ou raça.

Assim, se é bem verdade que os processos identitários e de construção das políticas públicas contribuíram para a autoestima dos afrodescendentes, por outro, a possibilidade de acesso aos indicadores sociais também o fez, conquanto de uma forma diferenciada. Ou seja, neste caso isto se dá através da objetivação do que até então era apenas um sentimento difuso de injustiça social. Portanto, através dos indicadores sociais os afrodescendentes de todo o país (e a população de todo o país) puderam compreender melhor o modo de funcionamento de uma sociedade marcada pela assimetria no acesso a oportunidades e aos direitos sociais para as pessoas portadoras de peles e marcas raciais negras. E por esta via ocorre um elemento de reforço da autoestima pessoal e coletiva pelo simples fato de que os fracassos e frustrações sociais podem ser atribuídos ao racismo e às injustiças mais gerais presentes na sociedade, antes que aos indivíduos.

Desta maneira, os avanços observados, tanto em termos da ampliação da quantidade de bases de dados estatísticos no Brasil, que contém a variável cor ou raça, como o paulatino aumento do percentual dos que se declararam ou pardos, ou pretos - especialmente no Censo Demográfico e na PNAD -; reflete que de alguma forma talvez a luta pela visibilidade estatística tenha sido uma das frentes de luta mais bem sucedida por parte do movimento negro brasileiro contemporâneo nos últimos anos.

Assim, a questão passa a ser como entender melhor os frutos destas conquistas e os novos desafios que se apresentam para sua potencialização. E deste ponto em diante fica mais difícil uma avaliação puramente otimista.

Em primeiro lugar, cabe salientar que se o Estado brasileiro veio acenando positivamente à pressão do movimento negro pelo direito à visibilidade estatística, por outro lado, a forma pela qual o próprio poder público respondeu a esta demanda esteve

distante de planejada ou mesmo coerente. Deste modo, de um lado, foi verificado que não ocorre uma necessária coerência nas formas das perguntas e das respostas acerca da variável cor ou raça.

No que tange às formas de se perguntar sobre o quesito foram identificadas no conjunto de questionários das bases de dados oficiais estudadas existentes atualmente seis alternativas (cor ou raça; raça/cor; como você se considera?; considerando as alternativas abaixo, assinale a qual delas o sr se identifica?; a cor da sua pele é?; raça/cor da pele?). No que tange as alternativas de respostas, apesar do padrão IBGE (branco, preto, amarelo, pardo, indígena) ser o mais comum, igualmente é possível encontrar atualmente categorias alternativas empregadas como: mulato, negra, caboclo, cafuso, moreno e mesmo vermelha (!).

Decerto que nos dias de hoje vem sendo empreendidas iniciativas por parte do conjunto de órgãos do Governo Federal que produzem dados estatísticos no sentido de uma maior uniformização das informações, sendo a mais notável a existência do já mencionado Comitê Interministerial. Na medida em que muitos destes órgãos incluem em seus questionários a informação sobre a variável cor ou raça é de se supor que tal variável (tanto as perguntas, como as opções de respostas) venha ser uniformizada no futuro. De qualquer forma, enquanto este momento não chega é impossível não lamentar esta lacuna. Isto porque do ponto de vista estatístico, rigorosamente falando, na medida em que aquelas categorias não são unificadas os indicadores obtidos terão uma grande dificuldade de dialogarem uns com os outros.

Por outro lado, do estudo realizado, foi possível observar que o efetivo comprometimento dos órgãos do poder público para com a implementação da coleta da informação de natureza étnico-racial varia de órgão para órgão. Assim, é fato que o IBGE já possui larga tradição de coleta daquela sorte de informação. O Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social igualmente denotam buscar a ampliação do número de bases de informações que contém a variável cor ou raça. Por outro lado, o Inep/MEC, apesar de também ter expandido a variável para todas as suas bases, ao menos aparentemente vem denotando pouco empenho em dotar de maior qualidade seu conjunto de fontes de informação. Este vem a ser o caso do Censo da Educação Básica, onde se verifica um proporcionalmente elevado percentual de casos de registros de cor ou raça não declarada, concomitantemente em que simplesmente não se verificam campanhas públicas de esclarecimento acerca da importância da obtenção daquela

informação. No caso das estatísticas do Ministério do Trabalho o problema não vem residindo apenas nas dificuldades de se implementar a coleta da informação junto às empresas, ou de campanhas públicas de esclarecimentos sobre sua relevância. Aqui as dificuldades estão também ligadas ao fato de que o próprio Estado enquanto empregador se coloca na curiosa condição de ser o que menos esforço faz para coletar este tipo de variável.

Cabem ainda alguns apontamentos sobre as dificuldades que o principal beneficiário desta conquista social, o movimento negro, vêm tendo em poder se assenhorar plenamente dos resultados de suas conquistas.

Pode-se considerar que o Brasil avançou muito em termos da democratização de acesso aos dados estatísticos. Assim, da pesquisa feita, observou-se que muitas das informações em seu formato de microdados podem ser obtida ou diretamente na Internet, sem custo para o usuário, ou assinando um termo de compromisso e responsabilidade de uso; o que não é nenhuma exigência draconiana. Ou mesmo quando o acesso aos dados envolve algum custo financeiro, estes estão longe de impossíveis de serem arcados pelos grupos e laboratórios de pesquisas. Porém, mesmo este ponto merece uma reflexão um pouco mais detida.

Assim, se é bem verdade que atualmente a obtenção de bases de dados estatísticos se tornou bem mais simplificado, mais difícil é garantir a existência de uma massa crítica suficiente para dar conta de tanta informação disponível. Deste modo, o fato é que o movimento negro - e mesmo os ativistas e simpatizantes desta frente que atuam dentro da esfera acadêmica - parece que vêm tendo pouco ânimo ou disposição para se lançarem na árdua tarefa de utilizar efetivamente estas informações. O próprio fato do acesso dos afrodescendentes ao meio universitário se dar prioritariamente através dos cursos das áreas de humanas (exceto economia, demografia ou sociologia quantitativa) parece que desloca a grande maioria dos possíveis beneficiários de seu efetivo uso<sup>24</sup>. Ademais é fato que a dinâmica do movimento negro contemporâneo vem se pautando muito fortemente no entorno de questões identitárias no plano cultural e religioso, deixando-se de lado uma preocupação mais efetiva com a formação de pessoas que possam atuar na leitura, compreensão e realização de pesquisas sociais aplicadas com o uso intensivo de estatísticas sociais.

---

<sup>24</sup> A composição de cor ou raça dos cursos de nível superior no Brasil pode ser visto sinteticamente no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005, editado pelo PNUD.

Desta forma, no frígir dos ovos, quem parece ao final se tornar o grande beneficiário das conquistas da visibilidade estatística são os pesquisadores e acadêmicos, ou ligados ao meio universitário, ou vinculados aos centros de pesquisa mais bem estruturados como o próprio IBGE e o IPEA. Assim, se é bem verdade que a produção e divulgação dos indicadores que informam sobre as crônicas assimetrias de cor ou raça no Brasil contribuem para a autoestima dos afrodescendentes e mesmo para o fortalecimento do discurso dos militantes, por outro lado, parece que estes últimos acabam se beneficiando destes ativos mais na qualidade de consumidores, do que como produtores do conhecimento.

Finalmente é interessante salientar as próprias inflexões recentes ocorridas no discurso do movimento negro em termos das categorias classificatórias da cor ou raça, especialmente as que vieram sendo empregadas pelo IBGE. Assim, no passado a verbalização dos ativistas era fortemente crítica das terminologias empregadas para definir os grupos de cor ou raça, que a rigor não espelharia os processos identitários pelos quais aqueles gostariam de ser identificados e que supunham que a maioria dos seus possíveis representados também viessem a gostar.

De qualquer forma, em um período mais recente, especialmente tendo em vista a emergência da adoção das políticas de ações afirmativas parece que o antigo discurso crítico foi modificado. Isso porque, aquelas medidas, não raras vezes tomam a composição de cor ou raça de uma dada população para constituir um alvo a ser alcançado em termos de uma dada política. Assim, no contexto atual, no que tange às categorias classificatórias, um tipo de ação de natureza mais propriamente pragmática veio a emergir. Este modo pragmático, portanto, passou a entender que as conquistas políticas derivadas do uso das estatísticas sociais para o estudo das desigualdades de cor ou raça, incluindo as tradicionais terminologias classificatórias, mais que compensaria o emprego de novos termos que poderiam ser mais próximos do modo de identidade dos ativistas e lideranças.

### **Bibliografia citada**

AZEVEDO, T. d. (1966). Classes sociais e grupos de prestígio. In: AZEVEDO, T. d., **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 30-43.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. (1971 [1955]). **Branços e negros em São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional.

BRASIL, INEP/MEC. (2003). **Nota Técnica, Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003**. Brasília: INEP/MEC.

\_\_\_\_\_. (2006). **Relatório Nacional Saeb 2003**. Brasília: Inep/MEC.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2007). **I Seminário Nacional de Saúde da População Negra: síntese do relatório: 18 a 20 de agosto de 2004**. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASS, W.; COALE, A. (1974). **Métodos para estimar la fecundidad y la mortalidad em poblaciones con datos limitados**, v. E. Santiago, Chile: CELADE.

COSTA PINTO, L. (1998 [1953]). **O negro no Rio de Janeiro: relações de raça em uma sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

FERNANDES, F. (1978a [1964]). **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática. Vol. 1.

\_\_\_\_\_. (1978b [1964]). **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática. Vol. 2.

GUIMARÃES, A. S. (1999). **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 3ª ed. p. 256.

HARRIS, M. (1967 [1964]). **Padrões raciais nas Américas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (trad. M. L. Nogueira).

HASENBALG, C. (1979). **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. (trad. Patrick Burglin).

NOGUEIRA, O. (1998 [1955]). **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Ed USP.

OLIVEIRA, J.; ALBUQUERQUE, F. (s/d). **Projeção da população do Brasil – parte 1. Níveis e padrões da mortalidade no Brasil a luz dos resultados do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE (<http://www.ibge.gov.br>) 48 p

OLIVEIRA, L.; PORCARO, R. M.; COSTA, T. (s/d). **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos / Conjunto Universitário Cândido Mendes. 116 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2001). **Declaração de Durban e Programa de Ação** (2001). Disponível em: <<http://www.oas.org/>>. Acesso em 19 de agosto de 2011.

OSORIO, R. G. (2003). O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE. **Texto para Discussão**, Nov., n. 996, p. 1-50.

PAIXÃO, M; CARVANO, L.; OLIVEIRA, J.; & ERVATTI, L. (2005). Contando vencidos: diferenciais de esperanças de vida e de anos de vida perdidos segundo os grupos de raça/cor e sexo no Brasil e Grandes Regiões. In: **Saúde da população negra no Brasil**. Brasília: FUNASA. P. 49-197.

\_\_\_\_\_.; CARVANO, L. (orgs) (2008). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008**. Rio de Janeiro: Garamond

\_\_\_\_\_.; ROSSETTO, I.; MONCORES, E. (2011a). Mudanças na composição de cor ou raça no Brasil de acordo com os Censos de 2000 e 2010. **TEMPO EM CURSO**, v. 3, n. 5, p.1 - 10.

\_\_\_\_\_.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L. (orgs) (2011b). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond

PETRUCCELLI, José L (2002) – **A declaração de cor / raça no Censo 2000: um estudo comparativo**. Rio de Janeiro: IBGE (texto para discussão nº 6).

PIERSON, D. (1971 [1942]). **Branços e pretos na Bahia**. São Paulo: Editora Nacional.

PINTO, R. (1996). **Os Problemas Subjacentes ao Processo de Classificação de Cor da População no Brasil**. Rio de Janeiro: Mimeo [Trabalho apresentado no Encontro de Usuários de Informações Econômicas, Sociais e Territoriais entre 27 e 31 de Maio de 1996]

PIZA, E.; ROSENBERG, F. (1998). Cor nos censos brasileiros. **Revista USP**, n. 40, dez/fev 1998/99. p.122-137.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (2005) **Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2005 - Racismo, pobreza e violência**. Brasília: PNUD.

SCHWARCZ, L. (1999). Questão racial e etnicidade. In: MICELI, S. (org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: CAPES (p. 267-315 e anexos)

SCHWARTZMAN, S. (1999). Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, Nov, n. 55. p. 83-96.

TELLES, E. (2002). Racial ambiguity among the Brazilian population. **Ethnic and Racial Studies**, v. 25, n. 3, p. 415-441.

TRUSSEL, J. (1975). A re-estimation of the multiplying factors for the Brass technique for determining childhood survivorship rates. **Population Studies**, v. 29, n. 1, p. 97-107.

VALLE SILVA, N. (1980). O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: **Pesquisa e Planejamento Econômico** 10 (1), Abril. p. 21-44.

\_\_\_\_\_. (1996). Morenidade: modo de usar. **Estudos Afro-Asiáticos** (30), p. 79-95.

WAGLEY, C.(org) (1952). **Race and class in rural Brazil**. Paris: UNESCO.

WOOD, C. (1991). Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil. In: LOVELL, P. (org). **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG / CEDEPLAR. p. 93-114.



**Quadro 1 - Quadro sintético sobre o Censo Demográfico e a PNAD, realizadas pelo IBGE (em ordem alfabética)**

Base de dados	Tipo de pesquisa	Ano início pesquisa	Periodicidade	Ano inclusão pergunta sobre cor ou raça	Pergunta sobre cor ou raça	Resposta	Acesso aos microdados
Censo Demográfico	Pesquisa censitária	1872	Decenal	1940; 1950; 1960; 1980 (apenas na amostra); 1991 (apenas na amostra); 2000 (apenas na amostra); 2010	Côr ( 1940; 1950; 1960; 1980) Raça ou cor (1991) A sua cor ou raça é (2000; 2010)	Censos de 1940/1950: Preta; Branca; e Amarela. A categoria "Pardo" foi utilizada para classificar quem não se identificasse em uma destas 3 categorias, ou quando eram registradas outras expressões, como "Caboclo", "Mulato", "Moreno". Censo de 1960: Branca; Preta; Amarela; Parda; e Índia (apenas para as pessoas que viviam em aldeamentos ou postos indígenas). Nas tabulações divulgadas pelo IBGE optou-se por incluir os índios dentro da categoria "Parda". Censo de 1980: Branca; Preta; Amarela; e Parda. A partir do Censo de 1991: Branca; Preta; Parda; Amarela; e Indígena. No Censo de 2010 foi introduzida uma pergunta sobre a etnia ou povo e as línguas faladas, para quem se declarasse Indígena	1940 - 1950 em formato papel. 1960 (parcialmente no IPUMSI) Comprados (1970-2000)
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)	Pesquisa amostral	1967	Anual	A partir do ano de 1987. Apenas nos suplementos de 1976; 1982; 1984; 1985 e 1986	Nos suplementos até 1986: "Qual a cor de...?". A partir de 1987 foi introduzido o campo "Cor" no questionário de mão-de-obra; e depois de 1992 mudou para "A cor ou raça do(a)... é?".	Até a PNAD 1990: Branca; Preta; Parda; Amarela A partir da PNAD 1992: Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena	Comprados (Até 1999); Internet (Apos 2001)

Fonte: IBGE, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Elaboração dos autores

**Quadro 2 - Quadro sintético das bases de informações demográficas realizadas pelo IBGE (com exceção do Censo e da PNAD) contendo a variável cor ou raça (em ordem alfabética)**

Base de dados	Tipo de pesquisa	Ano início pesquisa	Periodicidade	Ano inclusão pergunta sobre cor ou raça	Pergunta sobre cor ou raça	Resposta	Acesso aos microdados
Características Étnico-raciais da População (PCERP)	Pesquisa amostral	2008	Eventual	2008	a) “Você saberia dizer qual é a sua cor ou raça?”; b) “Dentre as seguintes alternativas, você se reconhece ou se identifica como de cor ou raça: Afro-Descendente / Indígena / Amarelo / Negro / Branco / Preto / Pardo?”; c) “Você escolheria um outro termo, diferente desses, para sua cor ou raça?”.	a) Sim, Especifique; Não. b) Sim; Não. Em caso de resposta afirmativa para Indígena, é solicitado de especificar a Etnia e a Língua Indígena falada. Em caso de resposta afirmativa para Amarelo, é solicitado de especificar a origem geográfica familiar. c) Sim, Qual?; Não	Ainda não divulgados
Economia Informal Urbana (ECINF)	Pesquisa amostral	1997	Eventual	1997; 2003	Cor ou raça	Branca; Preta; Parda; Amarela; Indígena	Aquisição nas lojas do IBGE
Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)	Pesquisa amostral	1987/1988	Eventual	2002/2003, 2008/2009	A cor ou raça do(a) .... é:	Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena; Não Sabe (Esta última categoria foi incluída no questionário de 2008/2009)	Internet
Pesquisa de Padrões de Vida (PPV)	Pesquisa amostral	1996/1997	Eventual	1996/1997	Cor ou raça	Branca; Preta; Parda; Amarela/Indígena	Aquisição nas lojas do IBGE
Pesquisa Mensal de Emprego (PME)	Pesquisa amostral	1980	Mensal	A partir de março de 2002; Suplemento temático de Julho de 1998	Cor ou raça	Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena; Ignorado	Internet
Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE)	Pesquisa amostral	2009	Eventual	2009	Qual a sua cor ou raça?	Branca; Preta; Parda; Amarela; Indígena	Ainda não divulgados
Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN)	Pesquisa amostral	1988/1989	Eventual	1988/1989	Cor	Branca; Preta; Amarela; Parda	Não disponíveis

Fonte: IBGE, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)  
Elaboração dos autores

**Quadro 3 - Quadro sintético das bases de informações educacionais realizadas pelo Inep/MEC contendo a variável cor ou raça (em ordem alfabética)**

Base de dados	Tipo de pesquisa	Ano início pesquisa	Periodicidade	Ano inclusão pergunta sobre cor ou raça	Pergunta sobre cor ou raça	Resposta	Acesso aos microdados
Censo da Educação Básica (Censo Escolar)	Pesquisa censitária	1931	Anual	Desde 2005	Cor/Raça	Branca; Preta; Parda; Amarela; Indígena; e Não Declarada	Internet (1995-2010)
Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica	Pesquisa censitária	2003	Eventual	2003	Em relação à cor ou à raça, como você se considera?	Branco(a); Pardo(a); Preto(a); Amarelo(a); Indígena	Internet
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)	Pesquisa amostral (até 2008). Pesquisa censitária (a partir de 2009)	2004	Anual	Desde 2004	Como você se considera?	Branco(a); Negro(a); Pardo(a) / mulato(a); Amarelo(a) (de origem oriental); Indígena ou de origem indígena	Internet (2004-2008)
Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	Exame voluntário	1998	Anual	Desde 1998	Como você se considera?	Em 1998, entre 2005 e 2009: Branco(a); Pardo(a); Preto(a); Amarelo(a); Indígena. Em 1999 e 2000: Branco(a); Pardo(a)/Mulato(a); Negro(a); Amarelo(a) (De origem asiática); Indígena. Entre 2001 e 2004: Branco(a); Pardo(a)/mulato(a); Negro(a); Amarelo(a); Indígena	Internet (1998-2008)
Exame Nacional de Curso da Educação Superior (Enc - Provão)	Pesquisa amostral	1996 (terminou em 2003)	Anual	Desde 1999	Como você se considera?	Branco(a); Negro(a); Pardo(a)/Mulato(a); Amarelo(a) (De origem asiática); Indígena ou de origem indígena	Internet
Pesquisa das Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar	Pesquisa amostral	2008	Eventual	2008	Considerando as alternativas abaixo, assinale a qual delas o(a) Sr(a) se classifica?	Amarelo ou oriental; Branco; Caboclo; Cafuso; Índio; Moreno; Mulato; Preto; Pardo	Internet
Prova Brasil	Pesquisa censitária	2005	Bienal	2005; 2007; 2009	Como você se considera?	Branco(a); Pardo(a); Preto(a); Amarelo(a); Indígena	Internet (2007)
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)	Pesquisa amostral	1990	Bienal	Desde 1990	Como você se considera?	Até 2005: Branco(a); Pardo(a)/Mulato(a); Negro(a); Amarelo(a); Indígena. Depois de 2007: Branco(a); Pardo(a); Preto(a); Amarelo(a); Indígena	Internet (1995-2005)

Fonte: Inep/MEC, <http://www.inep.gov.br/>

Elaboração dos autores

**Quadro 4 - Quadro sintético das bases de informações realizadas pelo MDS contendo a variável cor ou raça**

Base de dados	Tipo de pesquisa	Ano início pesquisa	Periodicidade	Ano inclusão pergunta sobre cor ou raça	Pergunta sobre cor ou raça	Resposta	Acesso aos microdados
Cadastro Único dos Programas Sociais (Cad Único)	Cadastro administrativo	2001	Contínua	Desde 2001	Até a versão 6, em vigora até final de 2010: “Raça/Cor” A partir da adoção da versão 7: “Cor ou Raça”	Até a versão 6: Branca; Negra; Parda; Amarela; Indígena A partir da versão 7: Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena	Termo de Responsabilidade

Fonte: MDS, <http://www.mds.gov.br/>

Elaboração dos autores

**Quadro 5 - Quadro sintético das bases de informações sobre saúde realizadas pelo MS contendo a variável cor ou raça (em ordem alfabética)**

Base de dados	Tipo de pesquisa	Ano início pesquisa	Periodicidade	Ano inclusão pergunta sobre cor ou raça	Pergunta sobre cor ou raça	Resposta	Acesso aos microdados
Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS)	Pesquisa amostral	1986	Eventual	1991; 1996; 2006	PNDS 1991; 1996 “Cor” PNDS 2006: “Se você tiver que classificar a sua cor em branca, preta, parda, amarela ou indígena, como se classificaria?”	PNDS 1991: Branca; Parda/Mulata/Morena; Preta; Amarela; Indígena PNDS 1996: Branca; Parda/Mulata/Morena/Cabocla; Preta; Amarela/Oriental; Indígena PNDS 2006: Branca; Preta; Parda; Amarela; Indígena; Recusou-se a responder; Não sabe	Internet
Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)	Cadastro administrativo	1994	Mensal	Desde 2008	Raça/Cor	Branca; Preta; Parda; Amarela; Indígena; Sem Informação. Para os Indígenas, indicar a etnia	Internet

Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN)	Cadastro administrativo	1990	Contínua	Desde 2001	Raça/Cor	Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena	Termo de Responsabilidade
Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)	Cadastro administrativo	1979	Contínua (Divulgação Anual)	Desde 1996	Raça/Cor	Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena. Em caso de Indígena, indicar a etnia	Internet
Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC)	Cadastro administrativo	1994	Contínua (Divulgação Anual)	Desde 1996	Raça/Cor	Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena	Internet
Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)	Cadastro administrativo	1982	Mensal	Desde 2008	Raça/Cor	Branca; Preta; Parda; Amarela; Indígena; Sem Informação. Para os Indígenas, indicar a etnia	Não disponíveis
Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL)	Pesquisa amostral	2006	Anual	Desde 2006	A cor de sua pele é:	Branca; Negra; Parda ou morena; Amarela (apenas ascendência oriental); Vermelha (confirmar ascendência indígena); Não sabe; Não quis informar	Termo de Responsabilidade

Fonte: DATASUS/MS, <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>  
Elaboração dos autores

**Quadro 6 - Quadro sintético das bases de informações sobre mercado de trabalho realizadas pelo MTE contendo a variável cor ou raça (em ordem alfabética)**

Base de dados	Tipo de pesquisa	Ano início pesquisa	Periodicidade	Ano inclusão pergunta sobre cor ou raça	Pergunta sobre cor ou raça	Resposta	Acesso aos microdados
Cadastro Geral de empregados e desempregados (CAGED)	Cadastro administrativo	1965	Mensal	1999	Raça/Cor	Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena	Termo de Compromisso
Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	Cadastro administrativo	1975	Anual	1999	Raça/Cor	Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena	Termo de Compromisso

Fonte: MTE, <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>  
Elaboração dos autores